

Editorial

Sérgio Niza

Este número da *Escola Moderna* é dedicado aos modelos de planificação da acção pedagógica e particularmente às práticas de planificação na Escola Moderna Portuguesa.

Trata-se de uma parte substancial da dissertação que Júlio Pires preparou para se apresentar a provas de mestrado em 1995. Como poderão verificar pela leitura quer da informação sobre os modelos, quer da descrição, interpretação e conclusões decorrentes da observação que fez do trabalho de planificação cooperada em turmas com professores do MEM, os textos mantêm pleno interesse e actualidade. Apenas aqui ou ali as práticas se foram aperfeiçoando e criou maior nitidez o sistema de tempos de actividade que compõem e se inter-relacionam no interior do sistema evolutivo e dinâmico a que chamamos Modelo Pedagógico do MEM. É que o que chamamos de Escola Moderna não é para nós uma instituição educativa, mas um devir pedagógico. É uma forma de pensar e de agir na educação escolar que decorre da construção em desenvolvimento da nossa Profissão de Educadores, pelo trabalho de reflexão e de aprendizagem que, em cooperação, vamos edificando no interior do Movimento.

Foi Júlio Pires que fixou neste texto o conceito de Conselho de Cooperação Educativa – o Conselho, que vinha sendo trabalhado com derivas entre Assembleia e Conselho, desde a década preambular do MEM (anos 60-70). O Conselho é o centro e o motor do sistema de trabalho de aprendizagem, no interior de

uma fratria ou comunidade que constrói em cooperação democrática as suas competências culturais e a sua formação democrática por meio das produções curriculares que partilha, com o envolvimento discreto, atento e afectuosamente estruturante do professor.

É em situação de Conselho, por conciliação dos pontos de vista que co-operam, que a regulação dos ciclos de trabalho e o seu planeamento se processam. O Conselho é um ritual performativo da turma que ao declarar-se em Conselho faz com que os conteúdos do diálogo travado nesse tempo, declarado Conselho, o faça acontecer com as funções por eles instituídas com o professor colaborante. Não é um tempo fixo: ocorre quando dele precisamos ou quando está aprazado.

Há aqui uma transformação qualitativa que importa sublinhar em relação à Assembleia da *cooperativa escolar*, criada por Profit e utilizada talentosamente por Freinet, que gere formalmente os bens, as técnicas e os comportamentos sociais de uma turma ou escola. É claro que, se lermos o texto sobre o planeamento em Freinet, que Júlio Pires produziu para a referida dissertação e que se publica no n.º 15 da *Escola Moderna* (2002), poderá verificar-se como a estrutura sequencial de operações técnicas de planificação que hoje utilizamos em cooperação com os nossos alunos é herança de Freinet, ou mais correctamente, herança dos pedagogos da Educação Nova que inspiraram ou influenciaram directamente o seu trabalho na escola de Vence, como os trabalhos de ges-

tão curricular de Helena Parkhurst e Charlton Washburn.

Helena Parkhurst, em 1904, cria um sistema de laboratórios (lembrem-se os ateliers de Freinet) como resposta pedagógica a um grupo de quarenta alunos em oito níveis distintos de escolarização, numa escola rural de lugar único. «Tinha que dar ocupação a sete classes enquanto ministrava ensino à oitava. Ocorreu-me, então, que a melhor solução seria a de manter cada aluno num exercício que o interessasse, até que eu pudesse verificar o trabalho». Nasce o Dalton Laboratory Plan ou Plano Dalton, criando espaços funcionais de trabalho intelectual especializado e individualizando as aprendizagens com o apoio de planos individuais, um para guiar o trabalho de cada aluno e outro para controlo do professor. Cada tema de trabalho inscrito no plano e decorrente do currículo adoptado pelo estado ou pela escola é desenvolvido em oito partes: introdução, tópico, problemas, trabalho escrito, trabalho de memória, conferência, referências bibliográficas e relações com os outros assuntos.

À excessiva individualização do trabalho da escola Dalton (Massachusset) contrapõe-se a proposta de Charlton Washburn, nos arredores de Chicago em Winnetka, que procurou alternar o trabalho individualizado com o trabalho criativo e as actividades de grupo para contrariar igualmente o ensino de classe, pautado pelo modo simultâneo. No Teacher's College de San Francisco, onde se desenvolve a partir de 1913, adopta-se a utilização diária

de duas horas de actividade colectiva e três horas de actividade individual. Reconstrói-se o programa em unidades de trabalho para facilitar a progressão individual, com independência em relação aos tempos e ciclos escolares, apoiados por manuais e ficheiros originais facilitadores da auto-instrução e da auto-correcção. Estas modalidades de plano ou de planificação do trabalho escolar que aqui lembro e especialmente o Plano Dalton foram largamente debatido, nos primórdios da União Soviética e inspiraram os *planos de vida escolar*, como sabemos por Pistrak, em *Les Problèmes Fondamentaux de l'École du Travail* (cotas 1-1/103 e 6-6/215).

Freinet acompanhou esse debate e visitou Moscovo. O seu sistema de planificação é por certo sensível a estes outros planos de vida escolar.

O que importa acrescentar é que a valorização das funções do Conselho como locus instituinte da vida em desenvolvimento do grupo turma em cooperação, deve-se à forma como soubemos no MEM acompanhar e dialogar nos anos 60-70 com as posições conflituantes, mas inovadoras dos que criaram a *Pedagogia Institucional* em França, por vezes com violência, acaso excessiva, para com Freinet. Na Pedagogia, como nos demais saberes, só o conflito alimentado pelo diálogo vivificador, e em pacífica negociação de pontos de vista, acrescenta e clarifica a nossa compreensão. Nunca será demais suscitar e encorajar esse diálogo no MEM.